

## A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS SOCIAIS EM CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES: DE PROTAGONISMOS E DE EPISTEMES

**Tatiana Tramontani Ramos<sup>1</sup>**

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil



Enviado em 15 abr. 2024 | Aceito em 2 jul. 2024

**Resumo:** O artigo procura refletir sobre a relação espaço-ação social e sobre como o conflito pode ser uma chave analítica para a Geografia a partir da obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Para isso aborda as lutas sociais, os protagonistas e a geograficidade subsidente às análises das conjunturas políticas e seus sujeitos. Destacamos, assim, a importância teórica e política crucial do espaço para a análise dos conflitos sociais e recuperamos um debate de mais de vinte anos (RAMOS, 2003) que permanece atual na crescente conflitividade no Brasil e no mundo. Tal recuperação cumpre ressaltar a importância da geografia dos conflitos sociais como método no campo das ciências sociais e políticas.

**Palavras-chave:** conflito; geograficidade; ação social; protagonista; Carlos Walter Porto-Gonçalves

### LA GEOGRAFÍA DE LOS CONFLICTOS SOCIALES EN CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES: DE PROTAGONISMOS Y DE EPISTEMES

**Resumen:** Este artículo busca reflexionar sobre la relación entre espacio y acción social y cómo el conflicto puede ser una clave analítica para la Geografía a partir de la obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves. Para ello, aborda las luchas sociales, los protagonistas y la geograficidad subyacente en el análisis de las coyunturas políticas y sus sujetos. Destacamos, así, la importancia teórica y política crucial del espacio para el análisis de los conflictos sociales y recuperamos un debate de más de veinte años (RAMOS, 2003) que sigue siendo relevante en el contexto de la creciente conflictividad en Brasil y en el mundo. Esta recuperación resalta la importancia de la geografía de los conflictos sociales como método en el campo de las ciencias sociales y políticas.

**Palabras clave:** conflicto; geograficidad; acción social; protagonista; Carlos Walter Porto-Gonçalves

### THE GEOGRAPHY OF SOCIAL CONFLICTS IN CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES: OF PROTAGONISMS AND EPISTEMES

**Abstract:** The article seeks to reflect on the relationship between space and social action and on how conflict can be an analytical key for Geography based on the work of Carlos Walter Porto-Gonçalves. To achieve this, it addresses social struggles, protagonists, and the geographical aspect underlying analyses of political situations and their subjects. Thus, we emphasize the crucial theoretical and political importance of space for the analysis of social conflicts and revisit a debate that has persisted for over twenty years (RAMOS, 2003), which remains relevant amid the growing conflictivity in Brazil and worldwide. This recovery underscores the significance of the geography of social conflicts as a method in the field of social and political sciences.

**Keywords:** conflict; geographicity; social action; protagonist; Carlos Walter Porto-Gonçalves.

## Introdução

Os conflitos sociais, de uma perspectiva crítica, expressam aquilo que Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001, 2002 e 2003) denominou de “conflitos de territorialidade”: se cada protagonista é portador de uma territorialidade própria que o constitui e lhe dá sentido e o move de alguma forma, é possível pensar que o conflito explicita territorialidades distintas que se opõem. Daí tantas lutas que envolvem, direta ou indiretamente, o uso, a apropriação e os atributos do espaço: lutas por reforma agrária, demarcação de territórios tradicionais, reforma urbana, direito à cidade, uso dos recursos naturais, entre outras.

Foi na esteira destas provocações analíticas e epistêmicas, bem como de uma inquietação quanto ao contexto social e político de um período histórico muito característico e rico em termos de relevo para situações, padrões de conflitividade e emergência de conflitos que, no início dos anos 2000, o Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) iniciou uma pesquisa sobre os conflitos sociais na América Latina e Caribe. Naquela ocasião, tanto o noticiário jornalístico como o mundo acadêmico (TADEI e SEOANE, 2001; CECEÑA e SADER, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2001) apontavam para a intensificação dos conflitos sociais na América Latina e Caribe, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990.

Tratava-se, na verdade, de um *novo padrão de conflitividade* que vinha se configurando na região e que colocou, além de novas questões políticas, questões para a investigação científica. De lá para cá já se vão 20 anos e o conflito social permanece no centro de nossas investigações e pesquisas. Durante esse tempo tentamos aprimorar o aparato teórico-conceitual e metodológico para tratar a questão à luz dos novos conflitos que se colocavam diante de nós e trabalhamos na releitura e atualização do texto *A Geografia dos Conflitos Sociais da América Latina e Caribe*<sup>2</sup> (RAMOS, 2003), marco do início de uma caminhada na investigação acerca da espacialidade do conflito social impulsionado, alimentado e orientado por Carlos Walter. Por este motivo, pedimos ao leitor, desde já, que leve em consideração, mas também releve a retomada sem citações diretas de alguns parágrafos desse artigo. Trata-se de uma revisitação, num sentido muito próprio, em diálogo com comentários feitos pelo próprio Carlos Walter, que tornam atuais ideias para pensar o mundo e suas questões em aberto.

São grandes os desafios que se apresentam para disciplinas como a Geografia no campo das Ciências Sociais cujo papel foi e ainda tem sido de certo modo escanteado e minorizado. Contudo, sua contribuição e o diálogo interdisciplinar, acreditamos, é fundamental para elucidar as questões que estão se colocando como já apontava Porto-Gonçalves em 2006(b). Nesse contexto, é fundamental chamar a atenção para a importância de recuperar o espaço enquanto dimensão fundamental nas análises sócio-históricas, o que pode ser atestado até mesmo pela constituição de um novo léxico político com expressões como *globalização*, *regionalização*, *blocos regionais*, *territórios* e *territorialidades* para ficarmos com algumas das mais frequentes.

A revalorização do espaço como uma categoria crucial para a análise das sociedades surge principalmente na filosofia, nas décadas de 1960 e '70 nas obras de filósofos como Michel Foucault<sup>3</sup>, Gilles Deleuze e Félix Guattari<sup>4</sup> e, principalmente, Henri Lefebvre<sup>5</sup>. Autores diferentes, com questões distintas, mas com o traço em comum da valorização do espaço para a compreensão das relações sociais e de poder. Henri Lefebvre foi aquele que se dedicou de forma mais sistemática e consistente

<sup>2</sup> Trabalho cuja produção contou com o trabalho coletivo de Glauco Bruce Rodrigues, Pedro de Araújo Quental, Luís Henrique Ribeiro Santos e o brilhantismo da orientação de Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre 2000 e 2003.

<sup>3</sup> *Des espaces autres* (1967) [Outros Espaços], *Vigiar e Punir* (1975) e *A Microfísica do Poder* (1978).

<sup>4</sup> *O Anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980).

<sup>5</sup> *O direito à cidade* (1968), *A revolução urbana* (1970), *Espaço e Política* (1972) e *A produção do espaço* (1974).

em relação ao espaço. Diferente dos demais, Lefebvre produziu uma teoria sobre a produção social do espaço, transformando-o em um conceito central de sua obra.

Nesse contexto de valorização do espaço, a Geografia inicia um importante processo de transformação teórico, metodológico e político. A questão fundamental que movia geógrafos como David Harvey<sup>6</sup>, Yves Lacoste<sup>7</sup>, Massimo Quaini<sup>8</sup>, Milton Santos<sup>9</sup>, Edward Soja<sup>10</sup>, entre outros, era a relação entre espaço e sociedade, daquilo que é denominado *geograficidade do social* ou *dimensão espacial da sociedade*. A formulação básica é bem conhecida: o espaço é um produto social, porém, ele é, ao mesmo tempo, condição de reprodução da própria sociedade. A sociedade possui uma determinada espacialidade que lhe é imanente, sua geografia.

### A geograficidade do social

Carlos Walter Porto-Gonçalves entende a geograficidade do social a partir da ideia segundo a qual não existe nenhuma sociedade, grupo ou classe a-espacial ou a-geográfica, desprovida de uma espacialidade material e subjetiva que lhe permita se constituir, reproduzir-se e transformar-se no decorrer da sua dinâmica sócio-espacial (PORTO-GONÇALVES, 2003). A sociedade não se institui primeiro para, depois, produzir seu espaço geográfico. Não, a espacialidade se constituiu no mesmo movimento com que se constitui a sociedade e, assim, não cabe estabelecer uma relação de causalidade seja do espaço para a sociedade, seja da sociedade para o espaço, posto que o lugar não é externo ao social, é sua espessura, como define:

[o] território é uma categoria *espessa* que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação (territorialização) enseja identidades (territorialidades) que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989<sup>11</sup>). Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 230)

A ideia da geograficidade do social nos permite pensar o desenvolvimento dos processos sociais através da produção e organização do espaço geográfico. Nessa perspectiva, o tempo histórico é entendido como processo social aberto e se realiza ao constituir uma determinada espacialidade. Tal espacialidade pode ser apreendida em *qualquer período histórico*, como afirma Moraes (2000, p.3)

qualquer período da história e em qualquer sociedade existe uma geografia (material e discursiva) que compõe a cultura de cada grupo social e de cada civilização. A variedade destas geografias é inerente à variedade de culturas existentes na história humana. Logo, há a necessidade de diferenciar e historicizar as culturas para bem contextualizar suas geografias.

Tempo e espaço são, portanto, imanes às relações sociais e, isto posto, partimos da espacialidade (e da historicidade) das relações sociais para realizar uma análise onde não há hierarquia ou predeterminação de um sobre outro. Podemos falar da historicidade do espaço geográfico e da geograficidade do tempo histórico.

<sup>6</sup> A Justiça Social e a Cidade (1980).

<sup>7</sup> A Geografia - Isso Serve, Em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra (1976).

<sup>8</sup> Marxismo e Geografia (1979).

<sup>9</sup> Por uma Geografia nova (1978).

<sup>10</sup> A dialética sócio-espacial (1980).

<sup>11</sup> Referência o texto "O Poder Simbólico" (1989).

Do mesmo modo, falar de sociedade implica lidar com dois debates que Carlos Walter Porto-Gonçalves sempre ressaltou quanto à sua importância; um deles é questão do conflito social como intrínseco, indissociável, constitutivo das relações, o outro é a importância do protagonismo social na compreensão da espacialidade da ação.

Estes não são debates inéditos nas ciências sociais, ao contrário, são centrais para as correntes do pensamento crítico que estão inseridas na tradição socialista, a saber, o marxismo, o anarquismo e o autonomismo. No entanto o conflito também é parte de uma tradição sociológica que o vê como *anomia*, como tensão, ausência ou desintegração das normas sociais, como uma disfunção portanto (DURKHEIM, 2012). É desta tradição de funcionalidade que o pensamento de Porto-Gonçalves se afasta para estabelecer uma apropriação crítica do conhecimento. Há um substancial esforço de uma produção intelectual não em oposição ao que é produzido pela tradição sociológica, especialmente dos países centrais, mas a partir de um diálogo crítico com esta (Porto-Gonçalves, 2017a).

Toda a trajetória de investigação e produção intelectual de Carlos Walter, parte de uma consideração histórica e geograficamente observável de que o conflito social é parte das relações sociais e de poder. Nesse sentido, o conflito social é considerado não só como um fato social, em sua positividade, como também, um *fato-sendo-feito* e, por isso, aberto às circunstâncias do lugar e do tempo em que ocorre (PORTO-GONÇALVES, 2003).

A partir dessas formulações mais gerais a respeito da relação espaço-tempo, conflito e sociedade, define-se outra questão central no pensamento de Porto-Gonçalves que é a apreensão da espacialidade da ação social a partir de outros *protagonistas* para além do Estado e das diversas frações do capital. Essa postura opera um deslocamento da análise, uma descentralização teórica e política, uma outra *episteme*, portanto (PORTO-GONÇALVES, 2002). Passemos então para uma recuperação sintética dessas contribuições.

## O protagonismo social

A proposta de análise de Porto-Gonçalves se desloca do protagonismo do Estado e dos processos de reprodução do capital, podendo ser substituída por um olhar imanente e não transcendente que, desta forma, reside na teia de relações sociais e de poder do cotidiano de outros protagonistas sociais. O *protagonista*, neste sentido, não é apenas mais um atributo<sup>12</sup> constitutivo dos conflitos sociais, isto é, da política em sentido prático, mas sim a *condição* da própria política, se entendemos a política como definido por Hanna Arendt (2011), por exemplo, em que se considera a pluralidade, a convivência entre diferentes, liberdade de agir e pensar.

*Protagonista*, pela etimologia grega, remete àquele que combate na primeira fila, quem desempenha o papel principal em uma dada situação/cenário. No sentido impresso por Pierre Bourdieu, seria “aquele que comanda as estratégias e as chances objetivas dos diferentes agentes ou instituições” (BOURDIEU, 1994, p. 133).

Para Carlos Walter, o protagonista é aquele que principia uma ação que desencadeia um conflito. Diante dessa premissa, um protagonista se define, predominantemente, por aqueles que se situam entre os oprimidos, os dominados, os desfavorecidos na assimetria do poder que constitui as sociedades capitalistas. Mas, dentro da lógica do princípio da ação, também é possível que aqueles que ocupam o lugar dos opressores, das forças dominantes e, portanto, posições privilegiadas dentro do mesmo jogo de poder, possam desempenhar, vez ou outra, o papel de protagonista em um conflito social.

<sup>12</sup> Para um debate acerca dos atributos dos conflitos sociais ver RAMOS, T. T. Geografia dos conflitos sociais na América Latina, 2003.

Se em uma ação de luta pela reforma agrária, por exemplo, um grupo de trabalhadores rurais sem-terra ocupa uma propriedade privada improdutiva, o protagonismo da ação é dos trabalhadores sem-terra. Mas no caso de uma ação de despejo, uma reintegração de posse de uma terra ocupada por acampados de um movimento social que desencadeia um conflito, quem principia a ação, isto é, o protagonista deste conflito é o Estado, por intermédio da ação das forças policiais e de justiça. Portanto, o protagonismo não seria uma exclusividade dos “de baixo”, ainda que estes desempenhem tal papel de forma muito mais recorrente e legítima. E por esse mesmo motivo, Porto-Gonçalves defende o uso da categoria, porque ao marcar esta diferença de posição do protagonismo, é possível não só darmos conta das contradições constitutivas dos processos sociais, mas também e, principalmente, enfatizar o importante lugar ocupado por aqueles que se colocam em oposição às forças de dominação e opressão, ou seja, “os de baixo”, a despeito das assimetrias que enfrentam. Estes são os verdadeiros agentes de transformação social, pois mudam para fazer diferença, para transformar as sociedades e não para “manter tudo como está”.

Se o protagonista é tomado, portanto, em sua tradição sociológica, como condição própria da política, e como condição de existência, destarte, de todo conflito social constituído por aqueles/aquelas que buscam se colocar como principal sujeito de uma ação, é relevante ressaltar com uma observação sempre atenta de Porto-Gonçalves que, “se colocar” implica, também, colocar-se com/no espaço, imprimir posição, uma geografia. Assim como um movimento social é, “literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.146). Neste sentido, protagonismo social significa tomar para si próprio o controle da vida, construir estratégias de ação coletiva para se colocar como sujeito político efetivo de possíveis epistemes emancipatórias (PORTO-GONÇALVES, 2017b) e possíveis horizontes de luta e transformação prática da vida. O sentido dessa tomada de posição aponta para uma busca de superação dos limites estruturais das heteronomias, mas, principalmente, para as possibilidades de colocar-se como portador de (novos) direitos políticos, culturais, econômicos, estéticos, sexuais etc. Eis os elementos que definem os/as protagonistas.

O protagonista dos conflitos sociais, na forma como foi sendo delimitado, construído e desenvolvido por Porto-Gonçalves e pelos pesquisadores e pesquisadoras do LEMTO, constitui-se de uma coletividade portadora de identidades socialmente produzidas e compartilhadas que podem ser qualificadas a partir de um ou mais elementos, articulados ou não (classe, etnia, gênero, sexualidade, natureza sócio-geográfica) e que produz e defende determinados direitos e modos de vida baseados na experiência concreta de determinadas condições de existência. Essa força política dos protagonistas não depende só da vontade – voluntária – mas da memória das lutas em suas diferentes conjunturas de fluxo e refluxo das lutas sociais.

Tais protagonistas significam e ressignificam a vida de acordo com sua própria singularidade e expressam suas demandas e reivindicações em formas concretas de ação e luta que podem estar assentadas em formas de organização bem estruturadas, articuladas, ou frágeis, com demandas e motivações universalizáveis, ou não. Desta forma, pode-se afirmar que um protagonista de um conflito social é fundamentalmente uma coletividade que age motivada por noções de *justiça*, *direitos* e *dignidade*<sup>13</sup> produzidas a partir de sua experiência e que age de forma determinada. Como indicamos anteriormente,

---

<sup>13</sup> Ver Porto-Gonçalves, “Pela vida, pela dignidade e pelo território”, 2015.

o protagonismo social implica em um complexo processo de construção social de uma identidade coletiva, de um imaginário social, uma subjetividade, formas de organização, manifestação, possibilidades concretas de organização, margem política e econômica de manobra e por fim, o interesse em superar determinada condição social (RAMOS, 2003, p. 23).

A construção do protagonismo social implica a construção de uma identidade coletiva. Por identidade coletiva entendemos um conjunto de elementos que são compartilhados e dão consistência interna a um grupo, ou classe social, permitindo que se crie um vínculo orgânico entre seus membros que na condição de um sujeito social coletivo vai defender seus interesses e expressar suas vontades. Ressaltamos que tal identidade pode ser acionada e vivenciada por um curtíssimo período de tempo (durante um quebra-quebra, ou o bloqueio de uma rua, por exemplo), ou pode ter uma densidade histórica e cultural secular (em alguns casos, até mesmo milenar).

Esse sujeito social coletivo que constitui o *protagonista* remete a um processo de construção de valores – entre os quais a justiça, o direito, a igualdade, a liberdade, a felicidade entre tantos – mas também de conceitos e ideias, como trabalho, natureza, sociedade, território etc. Em resumo, a construção de um *protagonismo* social é a construção de *referenciais* políticos, éticos, estéticos, culturais que vão dotar de *significado* a realidade objetiva. Aqui fica explícita a relação indissociável entre as estruturas e os sujeitos.

Nessa perspectiva, podemos identificar e imaginar uma série de protagonistas que se constituem nas próprias lutas que travam para defender direitos e modos de existência que acreditam ser legítimos. Na análise concreta das lutas, é possível identificar uma ampla diversidade de protagonistas como trabalhadores, moradores, estudantes, camponeses, indígenas, afrodescendentes, pescadores, ribeirinhos, mulheres, gays, lésbicas, transexuais, aposentados, jovens entre tantos outros mais se considerarmos a grande diversidade de protagonistas dentro dessas categorias genéricas que comportam dentro de si complexidades e especificidades. À título de exemplo, dentro da categoria "trabalhador" podemos encontrar inúmeras situações muito diferentes entre si como, por exemplo, trabalhadores do setor público ou privado, formais, informais, precarizados etc.

Por isso, chamamos a atenção para a utilidade analítica deste importante condicionante dos conflitos sociais que nos permitem apreender a singularidade de *quem* luta, em sua dinâmica de relações. Apenas na análise do conflito concreto é que será possível identificar e definir o protagonista. Portanto, seria inútil na tentativa de listar esgotar todas as possibilidades. O conflito faz o protagonista na mesma medida que o protagonista define o conflito. Nosso objetivo aqui é apresentar uma ferramenta analítica e metodológica pensada coletivamente que pode ser apropriada em diferentes situações de lutas e conflitos sociais de onde o protagonista concreto emerge e, assim, contribuir na qualificação do debate político e na sua análise.

Esse complexo processo de construção dos protagonistas nos leva a recusar qualquer abordagem reducionista, tanto aquelas que pretendem explicar ações sociais somente por meio da análise das *condições objetivas de existência*, isto é, as condições nas quais as pessoas estão submetidas a algum tipo de opressão, subordinação ou exploração concreta, quanto às análises subjetivistas que preconizam compreender a dinâmica dos protagonistas sociais valendo-se apenas dos aspectos simbólicos, subjetivos e identitários, como se estes não possuíssem nenhuma relação com o mundo material.

Eder Sader (1988) chama a atenção para o risco político e analítico de se pretender explicar o protagonismo social por determinações estruturais políticas e econômicas à revelia das experiências concretas das pessoas. Seguindo tal lógica de apreensão dos conflitos, os mesmos se resumiriam a uma "resposta" às contradições da sociedade capitalista. Em outras palavras, seriam engendrados e postos em curso pelas próprias estruturas político-econômicas, à revelia de qualquer tipo de

mediação subjetiva, cultural, ou simbólica entre sujeitos e estruturas. Esse procedimento não nos permite apreender o que existe de singular em cada conflito. Dentro de um esquema teórico onde as estruturas são definidoras *a priori* das ações dos protagonistas não há espaço para a análise das construções imaginárias, culturais e simbólicas de cada coletividade, o que impossibilita e identificação do que existe de singular em cada tipo de protagonismo social.

De modo semelhante, a crítica sobre o caráter reducionista da análise do protagonismo social à luz essencialmente das condições objetivas de existência também pode ser feita ao conjunto teórico que as elimina da análise e preconiza exclusivamente os aspectos subjetivos, simbólicos e culturais dos protagonistas, como se tais condições objetivas não tivessem relação alguma com o mundo concreto da vida, com a reprodução das relações materiais que permitem nossa existência aqui e agora. Esse procedimento também opera por reducionismo, uma vez que toda a multiplicidade e diversidade dos processos sociais ficam circunscritos ao plano do imagético, do simbólico, como se fosse possível que esses se constituíssem de modo independente das condições objetivas. Como se o “ser indígena”, o “ser camponês”, ou o “ser operário” não passasse de uma identidade manifestada pelo compartilhamento de elementos do simbólico, de uma transcendência, de ritos, de uma memória, ou uma crença, por exemplo, e estas não estivessem, também, inscritas em uma forma objetiva de “ser no mundo”. Neste sentido, a identidade, o simbólico e a cultura não se constroem e nem se definem à despeito da materialidade do mundo que produzimos e reproduzimos em cada modo de existência.

A complexidade deste processo nos leva a buscar identificar e analisar quais as formas de mediação que se estabelecem entre os protagonistas e a estrutura social. É nesse movimento dinâmico e inconcluso das sociedades humanas que podemos apreender a riqueza e as potencialidades do protagonismo social. Afinal, não basta que a miséria exista (uma condição objetiva) para que exista um conflito. É necessário “algo mais” para que exista a construção do protagonismo social.

A ideia da experiência nos permite pensar as formas de mediação entre sujeito e estrutura, tornando mais complexa a própria ação que, a partir de agora, está liberta das determinações estruturais da produção e entra em relação com forças até então negligenciadas, como a cultura, as pulsões, os vícios e as virtudes, além de entrar em relação com diferentes temporalidades que, não necessariamente, se circunscvem ao conflito em si e também não são aquelas mesmas das estruturas, geralmente associadas à longa duração. E o mesmo pode ser dito em relação à espacialidade, uma vez que cada processo, além de estar inscrito em uma determinada temporalidade, também possui uma escala de existência própria, o que nos leva a articulações de complexos espaço-temporais para compreender o sentido e a origem da ação social.

A experiência apreende as formas como as mulheres e os homens vivenciam, elaboram e significam o mundo já criado, já instituído, como propõe o historiador inglês E. P. Thompson (1983, 1998). Existe, portanto, uma tensão entre um mundo já dado e a forma através da qual as pessoas agem, mediadas pela experiência. Existe, evidentemente, um grau de condicionamento, maior ou menor, deste mundo sobre as experiências, mas existe também a possibilidade de o novo surgir, caso contrário, viveríamos sempre presos ao mesmo presente, sempre inalterado em função da força das estruturas dominantes, como a história em suas geografias está sempre a nos demonstrar.

A sociedade instituída, para usar os termos de Cornelius Castoriadis<sup>14</sup>, busca, a todo momento, criar as condições de sua reprodução, através de mecanismos de defesa e preservação que podem ser as leis, normas, hábitos, costumes dominantes etc. No entanto, existe a força da sociedade

---

<sup>14</sup> Ver Cornelius Castoriadis: *A instituição imaginária da sociedade* (1982) e *As encruzilhadas do Labirinto III: o mundo fragmentado* (1987).

instituinte, daquilo que é novo/outro, isto é, das possibilidades, rupturas e fugas daquilo que está cristalizado em modos de existência, mas também daquilo que pressupõe uma espacialidade herdada, as “rugosidades”, conforme Milton Santos ([1996]2006). A força instituinte é um produto da experiência, da forma como o mundo criado será (re)significado. Assim, temos não só resistência, fruto do atrito, do enfrentamento conflitivo entre diferentes sujeitos de interesses e visões de mundo, mas existências que lhes são anteriores, portanto, r-existência conforme Porto-Gonçalves (2012, p. 51).

Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas (grifos do autor).

Quando Thompson (1983, 1998) incorpora a cultura como um componente constitutivo da experiência, ele acrescenta à luta de classes um elemento que até então estava ausente ou marginalizado que são os valores socialmente constituídos e vivenciados. Nessa perspectiva "toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca dos valores" (THOMPSON, 1983, p.190), ou seja, uma luta acerca dos processos de valoração e legitimação das práticas sociais. Tais valores

não são 'pensados', nem achados, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem nossas ideias. São as normas, regras, expectativas, etc. necessárias e aprendidas (e aprendidas no sentimento) no 'habitus' de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria (THOMPSON, 1983, p.194).

A formulações apresentadas são fundamentais para contribuir com a superação da dicotomia entre materialidade/objetividade e a subjetividade/cultura nas análises da dinâmica social. Por um lado, os esquemas estruturalistas que marginalizam e, por vezes, desprezam a dimensão subjetiva, simbólica e cultural, não são garantia de análises consistentes e que consigam, efetivamente, apreender os sentidos da ação social. É sempre possível estabelecer relações entre a dinâmica social e as grandes estruturas sociais, "só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômeno. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado" (SADER, 1988, p.38), exatamente porque se perde a forma como tais estruturas são experimentadas e resignificadas pelos sujeitos, portanto, perde-se a singularidade de uma determinada ação que acaba por ser simplesmente decalcada das estruturas dominantes.

Por outro lado, o discurso, o simbólico, a subjetividade e a cultura, não são capazes de criar relações a partir do nada, ou atribuir significados ao vazio, mas devem sempre estar associadas às práticas sociais e de poder concretas e às condições materiais e objetivas de existência. Portanto, ao invés de pensar uma hierarquia de determinações, é mais produtivo pensar a relação entre tais elementos que, a rigor, são indissociáveis. Trata-se de articular as condições objetivas e as condições subjetivas da ação social. Para Thompson (1998), as classes sociais, mais do que definidoras de uma identidade *à priori*, ou remeteram à um essencialismo, seriam um produto, o resultado da experiência que homens e mulheres têm com as condições objetivas e subjetivas de existência e das formas como tais condições serão elaboradas e resignificadas.

A classe, portanto, carrega em si a sociedade instituída, ao mesmo tempo em que possui a potencialidade de ser instituinte, ou seja, de operar transformações. O fundamental é destacar que a classe não surge de uma tela em branco. Ela surge a partir das relações sociais e de poder concretas.



E que relações são essas? Para Thompson, o motor da história, aquilo que funda e forma a classe é a contradição, é a luta, portanto, o conflito.

A luta de classes é um conceito anterior ao de classe, a classe não antecede, mas surge na luta. (...) as classes surgem porque mulheres e homens, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim, o processo de formação da classe é um processo de autoconfecção, embora sob condições que são 'dadas' (THOMPSON, 1983, p.121).

É a experiência concreta, assim, que deve ser analisada em toda sua complexidade, multiplicidade e totalidade para que possamos compreender a construção efetiva de um protagonista.

A construção de valores e conceitos que orientam a ação pode ser compreendida como a síntese dos motivos e objetivos que fundam uma luta e detonam um conflito. As formas como as pessoas, coletivamente, atribuem significado ao mundo, estipulam valores sociais, aceitam determinadas condutas e rejeitam outras, criam noções de direitos, funcionam como mediadores entre o mundo como ele é e o mundo como poderia, ou deveria ser. Esse hiato entre o instituído e o instituinte é a força que move os protagonistas. É essa diferença qualitativa entre o modo de existência concreto e o modo de existência desejado que qualifica as lutas, que move os sujeitos, que permite e funda a própria ação.

Quando a experiência concreta faz com que uma coletividade considere algo injusto, ou que coloque sua existência em perigo, por exemplo, existe a possibilidade da potência se transformar em ação. O que te move? O que te faz lutar? O que nos move não está inscrito na biologia ou em uma lei geral; em um símbolo, ou na pobreza. O que nos move é produto de como experimentamos e significamos o mundo. O que nos move é a afirmação da vida de uma forma diferente, é a afirmação de um modo de existência.

A afirmação de um modo de existência não está dissociada a de sua espacialidade e sua historicidade, portanto, da geograficidade do protagonismo social, dado que os lugares e territórios são constitutivos dos sujeitos sociais coletivos. Como destacamos na *natureza sócio-espacial* como *atributo dos conflitos*, o processo de construção dos protagonistas é indissociável do lugar de onde falam, de onde vivem.

Não se trata, pois, de reificar nenhuma conformação territorial *a priori*, seja ela qual for. Já vimos que os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.67)

A natureza sócio-espacial de um conflito diz respeito à *inscrição geográfica desse conflito*. Em outras palavras, *que espacialidade ou territorialidade move, define, funda e orienta o conflito?* De que forma essa espacialidade ou territorialidade é portadora de um sentido político, econômico, cultural, estético, simbólico, ao mesmo tempo em que garante o arcabouço para uma análise teórica na compreensão do conflito?

Toda essa dinâmica de constituição dos sujeitos coletivos – a relação e mediação das estruturas e dos sujeitos, a experiência das condições objetivas, a construção de valores, significados, cultura – se dá em uma relação indissociável com o lugar de onde os protagonistas emergem. Assim como apenas a análise da estrutura social, ou do sujeito em si, alienado das estruturas sociais, não nos permitem apreender a singularidade de cada protagonista, uma análise dos protagonistas que não considere o lugar social que os constituem e que são constituídos por eles, torna-se insuficiente.

Esse processo de constituição sócio-espacial é a organização da sociedade e seu espaço, distribuindo atividades, conformando lugares, criando leis, normas, regimes de propriedade, organização do trabalho, distribuição da riqueza produzida, instituição de uma língua, códigos, cultura, valores. Enfim, é instituída uma determinada *ordem sócio-espacial* que vai conformar os lugares sociais ocupados/construídos/construtores dos grupos e classes sociais.

Ao discutir a geograficidade dos movimentos sociais que emergem da percepção de injustiça de uma dada ordem sócio-espacial e busca de uma outra ordem possível, Carlos Walter Porto-Gonçalves parte da ação concreta de seus protagonistas e afirma que

a expressão movimento social ganha, assim, para nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que, numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência (PORTO-GONÇALVES, 1999, p.69).

Os movimentos sociais são a expressão de possíveis novas ordens sócio-espaciais, afinal, eles indicam, rigorosamente, mudança (movimento) de lugar (social), sempre recusando o lugar social que lhes são impostos por uma ordem sócio-espacial hegemônica.

A partir da natureza sócio-espacial dos conflitos é possível detalhar a expressão de suas singularidades, as desigualdades e contradições estruturais do mundo contemporâneo. No meio rural, por exemplo, temos conflitos profundamente marcados pela estrutura latifundiária e pelo avanço do capitalismo através dos complexos agroindustriais e, mais recentemente, do *agronegócio*<sup>15</sup>. No meio urbano temos a conformação de gigantescas periferias sociais constituídas por favelas, conjuntos habitacionais, bairros segregados que aglutinam a maior parte da população empobrecida das cidades.

Somada à natureza sócio-espacial, temos as conjunturas políticas e econômicas nas diversas regiões e lugares do planeta que interferem diretamente na percepção de mundo, nas condições objetivas de vida e na ação dos protagonistas e, por isso, dão margem, ou mantêm em aberto a possibilidade de conflitos, com frequência e intensidade variáveis.

Na análise dos conflitos sociais uma dada *conjuntura* pode ser compreendida como uma *conflitividade*, ou seja, como um determinado *momento* histórico, em um determinado *lugar*, que apresenta condições sociais concretas que tornam mais prováveis a existência de determinados conflitos do que outros. A conflitividade, nessa perspectiva, pode ser pensada como um momento no qual as tensões das contradições tornam-se maiores, criando condições possíveis para o surgimento dos conflitos. Como delinea Porto-Gonçalves (2012, p.47) a “periodização das lutas sociais onde o território e as territorialidades ganham visibilidade”. Deste modo, nem a estrutura em si, nem a conjuntura, são garantias da ocorrência dos conflitos, ou das ações concretas dos protagonistas de forma determinista, mas suas condições de possibilidades.

No ambiente rural, que constitui uma natureza sócio-espacial específica, por exemplo, vai emergir uma imensa gama de conflitos ligados ao protagonismo social de indígenas, camponeses (na sua imensa diversidade), afrodescendentes (geralmente quilombolas), entre outras formações sociais, que vão engendrar processos de luta reivindicando não apenas a posse e a demarcação de terras, mas de seus territórios originários, sua história e sua geografia, o espaço apropriado como um espaço de experiência total. Neste sentido, o protagonismo de natureza sócio-espacial rural se torna

<sup>15</sup> Ou, como se referem Malheiro, B. C; Porto-Gonçalves, C. W. Michelotti, F. em *Horizontes Amazônicos* o avanço do “agronegócio, do hidronegócio, do mineral-negócio, do carbono-negócio, dos negócios relacionados aos sistemas logísticos e na comoditização de outras energias vitais, como o ar e o conhecimento tradicional” (2021, p. 34).

indissociável da luta pelo território, isto é, pelo direito a apropriação, pertencimento e (auto)organização.

No caso do ambiente urbano, também existe uma gama extremamente ampla e diversa de protagonistas que emergem e se posicionam a partir de diferentes lugares sociais, políticos, econômicos e, tomadas todas essas perspectivas, de diferentes lugares geográficos. Emergem de diferentes lugares porque são conformados pela complexa relação entre as estruturas sociais e as mediações subjetivas e culturais dos próprios sujeitos. É fundamental em termos geográficos explicitar que, embora as cidades não sejam um *exclusivo* do capitalismo, adquirem com o capital um lugar próprio, haja visto que a urbanização se faça enquanto proletarização derivada da expropriação das condições vitais mais elementares como a terra e a água, além de boa parte das formas comunitárias de vida.

Na cidade, a mediação do dinheiro é essencial, embora, os que vivem como proletários, ou seja, de reproduzir-se enquanto *corpo* para o capital, busquem reproduzir-se como podem, inventando *outras economias* de reprodução simples, por vezes não-capitalistas. A ajuda mútua, por exemplo, se dá como solidariedade imposta pela necessidade que bem poderia servir de fonte de inspiração para a construção de outros horizontes de sentido para a vida, não individualistas, como ensina Kropotkin (2009 [1902]). Considere-se, ainda, a dimensão de gênero concernente ao proletariado, e a forma como a *prole* de hoje, converte-se no *proletariado* de amanhã e consagra a relevância da mulher, pois cabe a esta, na sociedade patriarcal, a função da reprodução da vida em múltiplos sentidos.

Uma das práticas mais comuns nessas periferias urbanas é o mutirão, palavra de origem tupi-guarani que significa ajuda mútua<sup>34</sup>, o que indica que uma colonização ao revés se fez nas cidades pelos grupos/etnias/classes em situação de subalternização, opressão e exploração haja vista que são práticas trazidas ao urbano pelos condenados da terra. Quem sabe entre essa gente o proletariado esteja sendo reinventado pelos que cuidam da prole e, sabemos, tem cabido às mulheres essa tarefa, principalmente. E o trabalho não-pago à mulher para cuidar dos filhos, dos mais velhos e dos doentes, ao lavar as roupas de toda família, de fazer a comida, enfim, esse trabalho não pago é que permite a mais valia ainda maior dos seus companheiros e maridos enquanto assalariados diretos do capital, quando não por elas mesmas em múltiplas jornadas de trabalho (Federici, 2017<sup>16</sup> e Gibson-Graham, 2011<sup>17</sup>). E, sendo trabalho não-pago, é parte da mais valia social. Em nossa formação dependente, em que a superexploração do trabalho nos estrutura, as mulheres cumprem um papel central. [nota 34: O mesmo se vê no mundo andino, onde faz o *ayni* e a *minga* que têm o mesmo significado, ajuda mútua, com os indígenas colonizando o urbano entre os de baixo, se nos permitem a ressignificação antropofágica do colonial.] (PORTO-GONÇALVES e LEÃO, 2020, p.760)

A diversidade de lugares no urbano (sociais, políticos, econômicos e suas intersecções geográficas) conforma uma pluralidade de discursos e práticas. Práticas de trabalho coletivo, cooperativo, advindas de outras experiências de trabalho não-capitalista, muitas delas comuns aos povos originários, trazidas pelos camponeses às cidades. Tais práticas, assim, têm muito de ruralidade. Práticas que a colonialidade não nos deixa ver à medida que nos faz buscar permanentemente o proletariado fabril europeu em nossas considerações e caracterizações. Combinados em situações onde a existência da contradição conflui para conflitividades latentes,

os movimentos camponeses e indígenas, os campesíndios (Bartra, 2008<sup>18</sup>) ou o indigenato (Ribeiro, 1986<sup>19</sup>), passam a ter um papel relevante, sobretudo a partir de 1990-1992-1994, atualizando uma história de longa duração e colocando outras questões para o debate contemporâneo. Não é sem sentido que politizam o conceito de território, haja vista que o

<sup>16</sup> Referência a *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici.

<sup>17</sup> Referência a *Una Política Poscapitalista*, de J.K. Gibson-Graham (Katherine Gibson e Julie Graham).

<sup>18</sup> Referência a *El Hombre de Hierro: los límites sociales e ambientales del capital*, de Armando Bartra (2008).

<sup>19</sup> Referência a *América Latina – Pátria Grande*, de Darcy Ribeiro (1986).

momento primeiro do sistema mundo moderno-colonial foi justamente a invasão de seus territórios, sua (des)territorialização (PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012, p.20).

Diferentes conflitividades são, assim, vivenciadas por uma mesma pessoa, bem como a mesma conflitividade é partilhada por diferentes sujeitos sociais.

Um operário de fábrica que mora em uma periferia de uma grande cidade pode ser tanto protagonista de um movimento sindical, quanto engajado na luta de bairro a partir de uma associação de moradores, por exemplo. Concomitantemente, temos moradores desta mesma periferia que não se engajam em nenhuma dessas duas frentes de mobilização, a despeito de vivenciarem, também, situações conflituosas.

Há também aqueles conflitos que, para além de uma natureza sócio-espacial precisamente definida (rural ou urbana) se colocam e colocam questões que movem protagonistas através de diferentes naturezas sócio-geográficas e, portanto, em diferentes frentes de luta: racismo, homofobia, feminismo, ambientalismo, segregacionismo de toda ordem. Em todos esses conflitos o protagonista necessariamente *confronta*, isto é, se coloca no *front* e *enfrenta* situações, em total desproporcionalidade de forças.

Importante é salientar que todo conflito emerge do tensionamento máximo de uma conflitividade. E não basta que aquele que principia a ação, o protagonista, aja para que o conflito se desenrole. Além da ação do protagonista, é condição de existência do conflito a resistência ao movimento de mudança, o atrito que se coloca na contramão da mesma ação, opondo-se a ela, rivalizando-se e disputando o poder com o primeiro. Em outras palavras, para cada protagonista constituinte e constitutivo do conflito social existe um (ou mais) antagonista(s) a atuar em sentido oposto, confrontando-o.

Os antagonistas são, em geral, grupos, classes, setores que vivenciam, produzem e reproduzem a estrutura moderno-colonial que constituem e instituem as hegemonias sociais contemporâneas. Os antagonistas podem surgir das forças políticas e econômicas que garantem a existência do latifúndio, do agro(hidro/minero/carbono)negócio, da privatização da terra e da dignidade (PORTO-GONÇALVES, 2015), por exemplo, à contrapelo do protagonismo camponês, ribeirinho, indígena e quilombola. Também pode emergir das forças policiais e militares, em defesa da mesma propriedade privada e seus sujeitos, em oposição aos movimentos reivindicativos urbanos em geral como aqueles por habitação, transporte, cultura.

É interessante ressaltar, ainda, que o antagonismo no conflito social pode ser exercido mesmo que o sujeito/classe/coletividade não enseje ou compartilhe da mesma natureza sócio-geográfica mobilizada pelos protagonistas. Dois exemplos indiscutivelmente relevantes nesse aspecto são: 1. a *mídia corporativa* que, por meio da cobertura televisiva e jornalística à título de informação, manipula dados, imagens, eventos, contribuindo para a manutenção da hegemonia da classe dominante e, também, para escrever, registrar e muitas vezes cristalizar narrativas hegemônicas na história, (re)definindo vítimas e agressores, opressores e oprimidos, direitos e deveres<sup>20</sup>; e 2. O *mercado financeiro globalizado* que tem atuado em diversas frentes que vão desde os sistemas de regulações jurídicas no campo do Direito econômico em consonância aos organismos multilaterais, interferindo e buscando comandar a regulação da natureza por meio do lucro, até a busca de alianças geopolítica estratégica especialmente no setor ligado à energia, combustíveis e matérias-primas renováveis como forma de desestigmatizar políticas sabidamente clientelistas e antipopulares. O mesmo mercado financeiro, ao mesmo tempo, garante a sustentação de relações coloniais de poder que

<sup>20</sup> Para um aprofundamento desta temática sugere-se: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. São Paulo: Intervezes, 2014.

submetem, constroem e espoliam boa parte daqueles que experimentam a posição desfavorável no jogo assimétrico da moderno-colonialidade.

A partir do conflito e da dimensão territorial, geografada na natureza sócio-geográfica de seus protagonistas, podemos tecer toda uma teia de relações sociais e de poder que remetem a escalas espaciais e períodos históricos distintos, que se articulam e, daí a riqueza deste *lugar de produção do conhecimento, cujo centro é a ação, a re-existência dos/das que o protagonizam*. Ao mesmo tempo, Carlos Walter Porto-Gonçalves ressalta que nessas resistências e existência, a relação entre as diferentes *epistemes* e o *território* têm um lugar central,

ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam superá-la. (...) vemos explodir múltiplos conflitos de territorialidades onde cumprem um papel destacado as matrizes de racionalidade fundadas em civilizações outras tanto de povos originários como de afrodescendentes, muitos enquanto camponeses étnica e/ou culturalmente diferenciados (indigenatos) (PORTO-GONÇALVES, 2012, p.51).

Concretamente, portanto, no entender desse autor que tanto nos ajuda na caminhada e na luta política, o conflito social e a ação de seus protagonistas são sempre uma luta para afirmar outros territórios e outras epistemes: *“como se vê, epistemes e territórios se con-formam”* (*idem*, p. 41)

Situar a análise nesse plano nos permite apreender a espacialidade no momento em que as tensões, os conflitos e as relações de poder estão se dando concretamente, ou seja, a ação, as relações sociais e de poder engendradas por diferentes sujeitos sociais estão se entrelaçando com as macroestruturas socioeconômicas de que fazem parte. O procedimento analítico recorta a ação ao mesmo tempo em que as *situa* e *contextualiza* dentro de uma totalidade, isto é, de um quadro de relações sociais e de poder das quais o Estado e as frações do capital fazem parte, porém não de maneira exclusiva.

O conflito se torna uma chave analítica para a Geografia na medida em que é possível partir da ação concreta dos sujeitos sociais e, mais especificamente, da contradição em seu estado prático, para a análise da *geograficidade do social*, ou seja, de processos mais amplos de produção do espaço e do território. Torna-se um ponto de partida e uma categoria privilegiada na medida em que possibilita a superação de dicotomias e esquemas hierárquicos de análise, desde que se incorpore a categoria de experiência (cf. THOMPSON, 1983) como mediadora das estruturas e da ação social.

Em outras palavras, o cerne dos *conflitos* e sua expressão política, histórica e geográfica na obra de Carlos Walter Porto-Gonçalves não recai exclusivamente nas macroestruturas socioeconômicas e suas contradições, mas opera diretamente no plano da experiência cotidiana de protagonistas sociais que, ao agir, são também produtores e organizadores do espaço. Enfim, *geografam* e, assim, a geografia se faz verbo<sup>21</sup>, e não substantivo.

Compreendido como um produto histórico e geográfico, o conflito não é indiferente ao tempo e ao lugar em que ocorre, ao contrário, tais coordenadas são fundamentais para compreendê-lo. É comum reconhecermos a historicidade do conflito, no entanto, é fundamental ressaltar a sua geograficidade, ao trazer consigo a corporeidade/materialidade e (multi)escalaridade, portanto, a biopolítica e a geopolítica.

Assim como todo o espaço geográfico está impregnado de historicidade, a história está, sempre, impregnada de geograficidade. “A expressão, por certo, causa um certo

<sup>21</sup> “Geo-grafias é um recurso de linguagem para assinalar os processos e sujeitos que grafam, marcam a terra, deslocando a geografia de substantivo para verbo, ação: arte/fazer de grafar a terra. A geografia deixa, assim, de ser substantivo e passa a ser vista como verbo” (PORTO-GONÇALVES, 2017b, p. 52).

estranhamento, embora seja natural dizer-se que o espaço que vivemos está impregnado de história. É como se fosse natural falar da historicidade do espaço geográfico e não de uma geograficidade da história. Poderíamos, à guisa de provocação epistemológica, afirmar que se a história se faz geografia é porque, de alguma forma, a geografia é uma necessidade histórica e, assim, uma condição de sua existência que, como tal, exerce uma coação que, aqui, deve ser tomada ao pé da letra, ou seja, como algo que co-age, que age com, é co-agente” (Porto Gonçalves, 2002<sup>22</sup>). Afinal, o espaço geográfico é constituído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade. A centralidade que a espécie humana adquire na conformação do espaço geográfico decorre, entre outras razões, desse atributo natural de a espécie humana ser a natureza tomando consciência de si própria. Somos, assim, uma corporeidade que existimos por meio da imaginação, do imaginário, da representação, animal simbólico que somos. A geograficidade é uma dimensão necessária de toda sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 142).

O conflito é, destarte, denso de geograficidade porque é produto, mas também portador de um *devoir* espacial. É produto de uma determinada espacialidade herdada que o conforma, portador de uma determinada espacialidade que pode ser apreendida material e simbolicamente no presente e que permite sua própria efetivação. Mas também é *devoir*, porque é *possibilidade de*, força instituinte de uma *nova espacialidade*.

Conflito e geograficidade tornam-se, portanto, elementos imanentes e indissociáveis. Como parte do processo que institui e reproduz rupturas e descontinuidades históricas e geográficas, o conflito não é, exclusivamente, expressão de violência, dominação e opressão, mas de disputa, enfrentamento e possibilidade de mudança. Ele o *estado prático*, a expressão concreta da *luta social*.

As relações sociais e de poder não se constituem como uma ordem cuja normalidade, vez por outra, seria acometida por disfuncionalidades, anormalidades e desordens. Ao contrário, os conflitos sociais são parte da ordem social que constituem e, por meio deles, tal ordem se transforma, ou se afirma. Assim, o conflito social ganha uma enorme relevância teórico-política e, como tal, se coloca como categoria fundamental para a constituição das ciências sociais na perspectiva de um campo do conhecimento preocupado não apenas com a análise e interpretação social, mas com a sua transformação, em acordo como o que Karl Marx apontava em sua *tese 11*<sup>23</sup>.

A compreensão da geograficidade dos conflitos sociais se faz de grande importância na afirmação do *território como um complexo*: complexo de forças, complexo de interesses, de necessidades e desejos. Mas também de compreensão da conflitividade como uma forma de resistência ao “alisamento” do território e à abstração das diferenças.

Admitir o conflito social como algo aberto, contraditório e *historicamente indeterminado* é se aproximar de uma perspectiva teórica preocupada com as transformações e mudanças sociais e não com uma ciência social da ordem, *da organização* do espaço, como prevaleceu no papel da disciplina na afirmação do caráter nacional. Afastamo-nos, assim, do positivismo na medida em que aceitamos o *conflito social* como categoria em torno da qual uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares se impõe.

## Conclusão

Coerentes com o posicionamento teórico-político de Porto-Gonçalves, não se trata aqui de enquadrar as reflexões em esquemas pré-concebidos, ou de forma acrítica. Na tarefa de refletir sobre a relação entre conflito e geografia, sobre *geograficidade*, nossa proposta sempre foi estabelecer

<sup>22</sup> Referência ao texto Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades (2002).

<sup>23</sup> “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo.” (MARX, 1982).

relações, atritar categorias, comparar proposições, estabelecer diálogos entre autores, circunscrever ou desfazer limites de acordo com a questão que se coloca.

É necessário reconhecer a temporalidade e a espacialidade da produção do conhecimento, dos conceitos e sistemas teóricos. A simples reprodução, aplicação e repetição de ferramentas e instrumentos produzidos em diferentes tempos e lugares pode se tornar inadequada, ou insuficiente para as análises.

Com essas breves considerações convidamos a, junto com Carlos Walter Porto-Gonçalves, insistir no deslocamento teórico e político no campo da Geografia, cujo objetivo fundamental é colocar no centro da análise a ação concreta de homens e mulheres de carne e osso ao incorporar a categoria *conflito* que, como sua obra demonstra, é densa em geograficidade.

Mesmo quando nos deparamos com o conflito em sua dimensão de opressão e violência, essencialmente moral e corpórea, estes têm um componente espacial inerente a si. Seu exemplo mais explícito pode ser visto na prerrogativa que o Direito liberal desfruta de emprestar ao Estado o monopólio da violência considerada legítima e que se explicita como poder de prender, dispersar, defender; ações que, na prática, implicam isolar/separar/segregar espacialmente (sujeitos e objetos no espaço). Os grupos sociais em situação de subalternização, por sua vez, não sem sentido, costumam adotar expressões como “conquistar espaço”, “ampliar o espaço”, “sair do gueto”.

Quando o conflito é analisado da perspectiva de seu oposto, é comum a referência às ideias de paz e liberdade, simbolicamente materializadas na metáfora *voo do pássaro*, como se este fosse a representação concreta da ausência de amarras, de limites, de resistência. Mas Carlos Walter sempre fez questão de lembrar que não houvesse limites, *físicos* especificamente, nenhum pássaro voaria.

Assim, o espaço como o aqui-e-agora e, platonicamente, *locus* das imperfeições mundanas, parece nos condicionar e, assim, nos impedir de ser livres. A ideia da liberdade como um pássaro voando é mais uma dessas imagens fortes que privilegia o tempo em detrimento do espaço – diz-se, o tempo voa –, muito embora sejamos obrigados a lembrar, com Imanuel Kant, que o voo do pássaro, por mais que implique o afastamento do espaço concreto do dia a dia com suas coações, só é possível pelo atrito do pássaro com o ar. Não há liberdade sem atrito. Não se escapa da materialidade voando (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 227)

O voo do pássaro, assim como o do avião, implica sempre em atrito, no mínimo, atrito com o ar. Não existe liberdade sem atrito, sem a resistência do contrário que garante, inclusive, sustentação ao movimento.

É a demanda permanentemente imposta pelo capitalismo por mais matéria (prima) e energia que, em geral, faz avançar uns limites sobre outros, invade espaços (de) outros cada vez menos livres. As formas mais degradantes de exploração do trabalho, como o trabalho escravo, também encontram uma condicionalidade espacial para além das condições de rural ou urbano. Quase sempre as condições de existência mais degradantes e vulneráveis se materializam no afastamento dos laços comunitários e familiares, na distância e no isolamento, situações em que a materialidade do espaço faz da violência um facilitador da prática de grupos dominantes/opressores, tanto na cidade (vide o trabalho de migrantes em fábricas, oficinas, pequenas confecções espalhadas por metrópoles como São Paulo e pelo mundo) como no campo (em fazendas de gado nos cerrados, nas vinícolas gaúchas, em canaviais no norte do Rio de Janeiro, ou nos garimpos na Amazônia). É comum tomarmos esse tipo de violência e nomear, conceituar, definir como acumulação primitiva, espoliativa, sem mencionar que esta é, na verdade, contemporânea e constitutiva da *acumulação civilizada* que nunca é assim nomeada (PORTO-GONÇALVES, 2017b, p. 52).

Ao invés de abstrações teóricas como massa, população, amostra, sociedade etc., categorias que pouco falam da capacidade de ação dos homens e das mulheres, propomos partir diretamente de uma dimensão da ação que constitui as sociedades concretas que é o conflito. Deslocamento que

se efetua em uma disciplina que tradicionalmente se ocupou mais dos produtos materiais da ação humana ou da espacialidade das grandes estruturas políticas e econômicas (o Estado, a produção, a estrutura agrária, a dinâmica urbana), do que propriamente com a ação de sujeitos corporificados.

No campo da política, a questão principal que se coloca refere-se à contribuição para a justiça e horizonte de emancipação autêntico, efetivos, uma vez que, de forma cada vez mais evidente, uma nova conjuntura se constitui no Brasil e no mundo, caracterizada pelo aumento da conflitividade social. Saber pensar o espaço, ocupá-lo, organizá-lo e distribuir as atividades é uma tarefa crucial para a Geografia e para a eficácia das nossas ações.

Sigamos com Carlos Walter.



## Referências

- ARENT, H. (2011) *Sobre a Revolução*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.
- BOURDIEU, P. (1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa-Rio de Janeiro: Difel-Bertrand.
- BOURDIEU, P. (1994) O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Orgs). *Pierre Bourdieu*. Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática. p.122 -155.
- CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.) (2002) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO.
- DURKHEIM, E. (2012) *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.
- KROPOTKIN, P. (2009) *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Tradução Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião: A Senhora Editora.
- MALHEIRO, B. C., PORTO-GONÇALVES, C. W., MICHELOTTI, F. (2021) *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1. 300p.
- MARX, K. *Teses sobre Feuerbach, 1845*. (1982). Lisboa-Moscovo: Ed. Progresso.
- MORAES, A. C. R. (2000) Geografia, História e História da Geografia. In: *Terra Brasilis*. Vol. 2.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1999) A territorialidade seringueira. *Geografia e Movimentos Sociais*. *Geographia*. Ano 1, n.2 (67-88). Niterói: UFF.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2001) *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México, D.F: Siglo XXI.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002) Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003) A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO-Osal, p. 261-277.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2006) A Colonialidade do saber. In: LANDER, E. (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, v. 1, p. 09-15.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2012) *A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha*. Universidade Nacional Autónoma do México – UNAM, Instituto de Investigaciones Sociales.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2015) Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. *Polis*, Santiago, v. 14, p. 237-251.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017a) De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Orgs.). *Geografia e Giro Descolonial*. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 37-56.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2017b) De utopias e de topoi: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/abya yala). *Geographia Opportuno Tempore*, v. 3, p. 10-58.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. da R. (2020) Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na Ruptura Política (2015-2019). *REVISTA DA ANPEGE*, v. 16, p. 712-767.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. (2012) Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis* [En línea], 31.
- RAMOS, T. T. (2003) Geografia do Conflitos sociais na América Latina. In: CLACSO. (Org.). *Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: CLACSO.
- SADER, E. (1988) *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, M. (2006) *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- SEOANE, J., TADDEI, E. (Comp.) (2001) *Resistencias Mundiales - De Seattle a Porto Alegre*. Buenos Aires: CLACSO.
- THOMPSON, E. P. (1983) *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar ed.
- THOMPSON, E. P. (1998) *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras.